

Controle de autoridades no campo das artes: relato de experiência na Pinacoteca de São Paulo

Diego Silva (PINA) - dg.silva@live.com

Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli (Pinacoteca - FESP-SP) - isabel.ayres@gmail.com

Resumo:

Para as bibliotecas e os arquivos, o catálogo se constitui como um meio importante para prover acesso à informação. Nesse contexto, torna-se necessária a elaboração de catálogos com dados consistentes sobre os registros do conhecimento; caso contrário, o acesso pode ficar restrito e as informações dispersas.

O presente relato descreve a reestruturação do catálogo de autoridades de nomes da Biblioteca Walter Wey e do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca de São Paulo por meio da inclusão de campos MARC21, criados com base nas propostas da Resource Description Access (RDA) e nos princípios dos Functional Requirements for Authority Data (FRAD).

Tal medida possibilitou a organização dos registros de autoridade de forma a contextualizar as instituições especializadas (galerias de arte, museus, escolas, dentre outros) e os artistas atuantes no Brasil, no que diz respeito às alterações de nomes e localização.

Considerando que muitos artistas e instituições existiram em uma época anterior à expansão digital, as dificuldades para localizar informação nos vocabulários especializados se acentuam. Com a atualização realizada, pudemos construir um vocabulário com informações essenciais para desambiguar entidades e pessoas, bem como contextualizar seu o campo de atuação.

Palavras-chave: *Anglo American Cataloging Rules (AACR2). Resource Description and Access (RDA). Catalogação descritiva. Controle de autoridades. Functional Requiremen*

Eixo temático: *Eixo 12: V EEPC Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação*



XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

Vitória, 01 a 04 de outubro de 2019.

Introdução:

As novas tendências da catalogação renovam as perspectivas para o desenvolvimento dos catálogos bibliográficos e de autoridade. Exemplo disso são os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD), modelo conceitual estruturado de modo a incluir o usuário como parte integrante do processo descritivo, o qual deve alcançar seus objetivos de propiciar acesso à informação por meio do estabelecimento de pontos de acesso e padronização de informações essenciais para criação do relacionamento entre os demais catálogos.

O FRAD é uma extensão dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR), ambos desenvolvidos pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). Além de definir entidades (objeto chave) e seus atributos (características das entidades), o FRAD apresenta a possibilidade do relacionamento entre esses atributos, relacionando dados dos registros. Também cabe mencionar que esse modelo conceitual recomenda níveis de registros que ampliam a possibilidade do intercâmbio de dados com outras agências bibliográficas.

Este relato descreve o processo de reformulação do banco de dados de autoridades da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Foi criada uma ficha de autoridade que pudesse evidenciar os relacionamentos entre as entidades do catálogo, além de garantir a precisão na recuperação da informação.

A estrutura prévia existente, elaborada com base nas diretrizes do AACR2, mostrava-se incapaz de abranger as informações necessárias e a utilização de elementos do MARC21, que têm aporte nas diretrizes da RDA e do FRAD, permitiram a criação de registros mais funcionais, evidenciando relações entre os registros.

A reformulação resultou em um arquivo de autoridades com dados mais especializados, possibilitando assim a padronização das entradas dos bancos de dados da Biblioteca e do Centro de Documentação e Memória, estabelecendo relações entre o acervo bibliográfico e o arquivístico.

Relato da experiência:

A Pinacoteca de São Paulo é um museu focado em arte brasileira do século XIX até a contemporaneidade. O museu abriga uma Biblioteca especializada e um Centro de Documentação e Memória (Cedoc), responsável pela guarda do acervo arquivístico.

A Biblioteca Walter Wey é uma biblioteca pública, atrelada à pasta da Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado de São Paulo. Seu acervo é composto por livros, catálogos, álbuns, coleções especiais (fotografias, objetos tridimensionais, livros de artista e documentos primários). Possui também uma coleção de dossiês (convites, folhetos, cartões-postais, cartões telefônicos, hemeroteca dentre outros). O Cedoc foi criado em 2005, com o propósito de recolher e organizar os documentos arquivísticos de guarda permanente da Pinacoteca, que constituem o Fundo Institucional, ou arquivo histórico. Logo após sua abertura, passa também a abrigar arquivos pessoais e privados de personalidades do mundo das artes visuais (artistas, curadores, ex-diretores da Pinacoteca).

A partir do ano de 2014, a Biblioteca e o Cedoc formam um núcleo único. Com essa nova configuração o Cedoc passa a integrar o ambiente da Biblioteca desde de 2011, a partir da utilização do software Automação para Bibliotecas e Centros de Documentação (ABCD). Trata-se de software open source desenvolvido pela Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) com apoio da UNESCO.

Embora o catálogo de autoridades seja utilizado também para a descrição dos documentos arquivísticos do Cedoc, a reformulação da base de dados de autoridades se deu a partir do projeto de reorganização da coleção de dossiês da Biblioteca Walter Wey, que demandou uma estrutura que tivesse como foco o relacionamento entre os diferentes registros.

A coleção de dossiês da biblioteca é composta por mais de 66 metros lineares de documentos. Estava registrada em fichas catalográficas impressas de forma manual e o material ficava armazenado em pastas temáticas. Em 2017, foi realizada a primeira etapa do projeto, a qual previa a organização dos dossiês de artistas. Em 2018, deu-se início à reestruturação dos dossiês de exposições coletivas. A coleção foi reacondicionada em material de qualidade arquivística e tornou-se necessário adotar uma metodologia de arquivamento, pois os documentos estavam arquivados seguindo critérios diversos, como:

- Nome do primeiro artista que é citado no catálogo, folder, etc.;
- Assunto geral da exposição;

- Indicação geográfica do local onde ocorreu o evento, ou do local de origem dos artistas;
- Nome da instituição promotora do evento.

A nova proposta de classificação foi elaborada com base na utilização de um código que representasse o nome da entidade como localizador. Desse modo, o catálogo de autoridades da biblioteca passou a ser a principal fonte para o registro do nome da entidade, o qual seria o ponto de acesso ao material físico, tendo em vista que a descrição bibliográfica dos itens seria realizada em outra etapa.

Nesse processo, foi possível identificar discrepância de informações nos registros existentes, o que ocasionava um ruído na recuperação de dados, pois as diversas entidades foram migradas do sistema manual da biblioteca e não tinham sido alvo de revisão. Diante dos casos de entidades homônimas, alterações de nome e insuficiência de dados que pudessem contextualizar o histórico das entidades, ficou evidente que seria necessário adaptar a base existente com elementos mais adequados para a representação descritiva e para o acesso ao material.

Detalhamento da experiência

Durante o processo de reorganização do acervo de dossiês da Biblioteca, foi necessário verificar a consistência dos dados de autoridade de entidades de coletivos artísticos.

Dada à especificidade de nomes, e do material dos dossiês, cujo recorte cronológico data do início do século XX aos dias atuais, muitas entidades sofreram alteração de nome ao longo de sua existência; em alguns casos, o período de atuação foi curto. Vale citar os casos de homônimos, nos quais a recuperação da informação traz um ruído significativo.

A ficha para registro de autoridade no banco de dados, criada em formato MARC21 em 2011, mostrou-se insuficiente para registro das informações, pois, quando ela foi criada, não havia a previsão para registro de informações tais como os campos Data e Local de nascimento e morte.

Após consulta ao website da Library Congress, verificou-se quais atualizações recentes do formato MARC21 autoridades poderiam trazer contribuições para o catálogo, definindo-se que os seguintes campos seriam adotados:

- 368 – Tipo de entidade (tradução nossa)
- 370 – Local associado (tradução nossa)
- 371 – Endereço (tradução nossa)
- 372 – Campo de atuação (tradução nossa)
- 373 – Entidade coletiva associada (tradução nossa)
- 500 – Referência de nome pessoal

510 – Referência de nome corporativo

511 – Referência de nome de evento

Para levantamento das informações, além do material dos dossiês, foram consultadas as seguintes fontes: Biblioteca Nacional, Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais, Union List of Artists Names (ULAN) do Getty Research Institute e o catálogo de autoridades da Library of Congress. Algumas das complexidades encontradas podem ser visualizadas nos Quadros 1 e 2 abaixo:

Quadro 1 – Galeria Camargo Vilaça

046 ## \$ q 1992 \$ r 2001
110 2 # \$a Galeria Camargo Vilaça
368 ## \$a Galerias de arte
370 ## \$c Brasil \$e São Paulo, SP
371 ## \$a Rua Fradique Coutinho, 1500 \$b São Paulo, SP \$d Brasil
372 ## \$a Artes visuais
500 ## \$w r \$i Fundador: \$a Vilaça, Marcantonio, ^d1962-2000.
500 ## \$w r \$i Fundador: \$a Meneguel, Karla.
500 ## \$w r \$i Diretora: \$a Fortes, Márcia.
510 ## \$w r \$i Sucessor: \$a Galeria Fortes Vilaça.
510 ## \$w r \$i \$a Fortes D'Aloia & Gabriel.
670 ## \$a <http://fdag.com.br/> \$b Remissivas.
856 ## \$u <http://fdag.com.br/>

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2 – Marcantonio Vilaça

100 1# \$a Vilaça, Marcantonio, \$d 1962-2000
370 ## \$c Brasil \$e São Paulo, SP
372 ## \$a Arte
373 ## \$a Galeria Fortes Vilaça.
373 ## \$a Galpão Fortes Vilaça.
373 ## \$a Galeria Carmago Vilaça.
374 ## \$a Comerciante de arte
375 ## \$a masculino
510 ## \$a Espaço Cultural Marcantonio Vilaça.
510 ## \$a Pasárgada Arte Contemporânea.
511 ## \$a aPrêmio CNI-SESI Marcantonio Vilaça Artes Plásticas.
670 ## \$a <http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/canais/premio-marcantonio-vilaca-home/quem-foi-marcantonio-vilaca/>

Fonte: elaborado pelos autores.

Nos exemplos dos Quadros 1 e 2 é possível visualizar os relacionamentos entre as entidades e seus respectivos atributos. O Quadro 1 exibe atributos da entidade coletiva e inclui o relacionamento com a entidade pessoa por meio da inclusão do campo 510 \$w, \$i. O Quadro 2 apresenta os atributos da pessoa e explicita relações com as entidades coletivas e uma entidade coletiva evento nomeado em sua homenagem.

Considerações Finais:

Conclui-se que as atualizações adotadas no formato MARC21, em consonância com a RDA e o FRAD, vêm de encontro às necessidades da prática profissional no campo da arte. Contudo, ainda se faz necessário estudos aprofundados sobre controle de autoridades e vocabulários controlados de nomes no meio artístico brasileiro.

Garantir a interação entre os diversos catálogos, para que o usuário possa utilizá-los de modo a realizar as tarefas previstas no FRBR e FRAD, é nosso maior objetivo. O catálogo de autoridades ainda é utilizado apenas por usuários internos. Futuramente esperamos deixar o catálogo, que contém cerca de 17.000 registros, disponível para o público, e contribuir assim para a construção de um vocabulário que aprofunde dados qualificados sobre a arte brasileira.

Referências:

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 2 v.

IFLA. *Declaração dos princípios internacionais de Catalogação*. 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

IFLA. Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records. *Functional requirements for authority data: a conceptual model*. Draft 2007-04-01. [S. l.], 2007. Disponível em: . Acesso em: 06 fev. 2019.

LIBRARY OF CONGRESS. *MARC 21 format for Authority Data*. 1999 edition. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/authority/>. Acesso em: 05 jan. 2019.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA. **RDA:**

Resource Description and Access. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 17 mar. 2019.